



Pesquisas de Opinião e Mercado Ltda.

Percepção da população a cerca da disponibilidade, do acesso e da qualidade dos serviços públicos prestados

Região Metropolitana de Goiânia

Terezópolis de Goiás

Amostra:

1. Universo da amostra: eleitores do estado de Goiás;
2. Tamanho da amostra: 154 pessoas;
3. Intervalo de confiança: 95% (erro 0,05);
4. Margem de erro 2,9%

Período: De 06 de outubro a 28 de outubro de 2025
RELATÓRIO DE PESQUISA

1. Introdução

O presente relatório apresenta a análise dos dados obtidos por meio de uma pesquisa de percepção social aplicada aos residentes do município de Terezópolis de Goiás, cujo objetivo principal é avaliar o desempenho, a acessibilidade e a efetividade dos serviços públicos municipais. A coleta de informações foi estruturada para gerar indicadores quantitativos capazes de subsidiar processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão no âmbito da gestão pública.

Os dados levantados buscam identificar, de maneira sistemática, níveis de satisfação, grau de confiança institucional, percepção de qualidade dos serviços e eventuais gargalos operacionais em áreas essenciais, como educação, saúde, segurança pública, assistência social, meio ambiente, transporte e oportunidades de emprego. A metodologia adotada permite mapear tanto a eficiência percebida pelos usuários quanto a visibilidade e o conhecimento da população acerca dos programas e equipamentos públicos.

Ao consolidar essas informações, pretende-se produzir um diagnóstico situacional preciso, capaz de orientar a formulação de políticas públicas, otimizar a alocação de recursos, estabelecer prioridades de intervenção e fortalecer mecanismos de avaliação contínua de desempenho governamental. Dessa forma, o relatório contribui para a construção de uma gestão mais baseada em evidências, promovendo ações alinhadas às demandas reais da comunidade e ampliando a transparência e a responsividade municipal.

2. Metodologia

A pesquisa tem caráter quantitativo e descritivo, utilizando-se de aplicação de questionários estruturados. A amostragem foi definida por meio de procedimentos estatísticos de sorteio aleatório simples/estratificado, garantindo a representatividade em relação ao universo estudado.

O tamanho da amostra foi calculado considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de 5%, com base na população de referência. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, abrangendo respondentes de diferentes perfis socioeconômicos, de acordo com a proporção observada na população. A coleta e tabulação dos dados foram conduzidas de maneira padronizada, assegurando a comparabilidade dos resultados e a confiabilidade estatística das análises.

3. Delimitação espacial da pesquisa:

Esta pesquisa foi realizada no município de Terezópolis de Goiás.

4. Faixa etária:

- 4.1 De 16 a 34 anos;
- 4.2 De 35 a 59 anos;
- 4.3 Acima de 60 anos.

5. Coleta de Dados:

- 5.1 Período: de 06 de outubro a 24 de outubro de 2025;
- 5.2 Instrumental: Questionário estruturado e cartelas;
- 5.3 Tipo de entrevistas: presencial e domiciliar;
- 5.4 Pessoal: as entrevistas foram realizadas por uma equipe de 4 entrevistadores fiscalizadas por um supervisor;

6. Contratante:

Essa pesquisa foi realizada a pedido da Fundação Indigo

7. Responsabilidade técnica:

SERPES – Pesquisa de Opinião e Mercado LTDA

8. Análise dos serviços públicos

8.1 Educação: Acesso às escolas públicas

Acesso às escolas públicas	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	68,83%	33,77%	35,06%	0,00%	19,48%	31,17%	18,18%	26,62%	29,87%	12,34%
Não opina	16,23%	8,44%	7,79%	0,00%	3,90%	5,84%	6,49%	8,44%	4,55%	3,25%
Considero que não	14,94%	7,79%	7,14%	0,00%	7,79%	5,84%	1,30%	5,19%	5,84%	3,90%
Total geral	100,00%	50,00%	50,00%	0,00%	31,17%	42,86%	25,97%	40,26%	40,26%	19,48%
Bases (entrevistados)	154	77	77	0	48	66	40	62	62	30

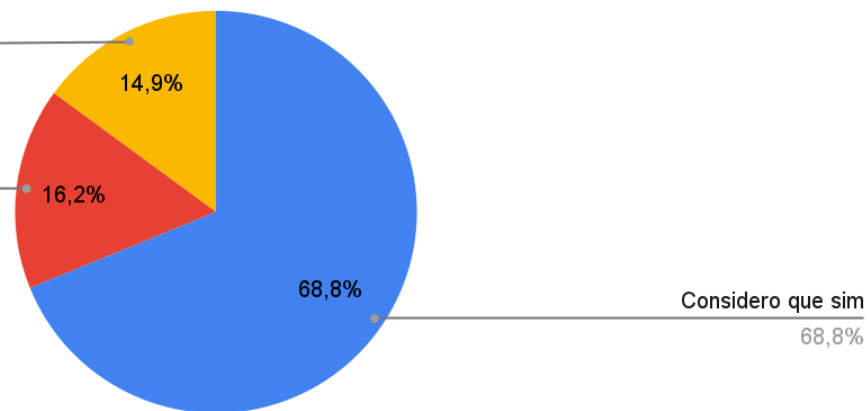
1- Você considera que há igualdade de acesso às escolas públicas para todos os cidadãos?

Considero que não

14,9%

Não opina

16,2%



A análise da percepção sobre a igualdade de acesso às escolas públicas no município revela um cenário predominantemente positivo, sustentado por 68,8% dos respondentes que afirmam existir equidade no acesso, indicando que a maioria da população percebe a rede educacional como suficientemente distribuída e capaz de atender diferentes regiões e grupos sociais. Esse resultado sugere reconhecimento da oferta de vagas, da presença territorial das unidades escolares e, em parte, da capacidade do sistema em absorver a demanda educacional.

Por outro lado, o percentual de 14,9% que considera inexistente a igualdade de acesso evidencia a persistência de desigualdades percebidas, possivelmente associadas à concentração de escolas em determinadas áreas, limitações na infraestrutura física e pedagógica, critérios de matrícula que dificultam o ingresso ou barreiras logísticas relacionadas ao transporte e à mobilidade urbana. Esses fatores indicam que, embora a equidade seja percebida de forma majoritária, ela não se concretiza de maneira homogênea para toda a população.

O grupo de 16,2% que não opinou aponta para um distanciamento relevante em relação ao tema, que pode decorrer da ausência de vínculo direto com o sistema educacional, falta de informação ou desconhecimento sobre as políticas e mecanismos de acesso existentes. Esse dado reforça a necessidade de maior transparência, comunicação institucional e disseminação de informações sobre a organização da rede pública de ensino e os critérios de acesso adotados.

De forma integrada, os resultados indicam que o município apresenta uma base consistente de percepção positiva quanto à igualdade de acesso às escolas públicas, mas também evidenciam a importância de monitoramento contínuo das desigualdades territoriais e sociais. A adoção de políticas voltadas à ampliação da infraestrutura, ao fortalecimento do transporte escolar e à revisão de critérios operacionais pode contribuir para consolidar uma equidade efetiva, reduzindo percepções de exclusão e garantindo acesso educacional justo e universal.

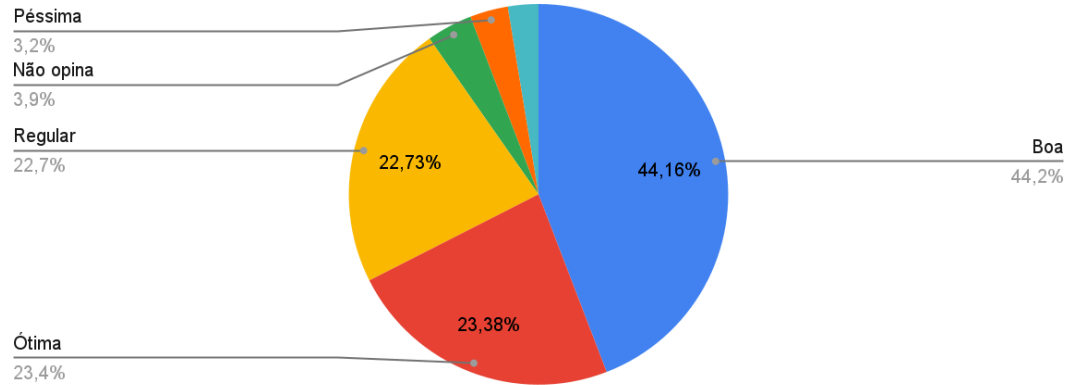
8.2 Saúde: Qualidade do atendimento e tempo de espera

Atendimento da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	44,16%	19,48%	24,68%	0,00%	11,69%	18,18%	14,29%	21,43%	14,29%	8,44%
Ótima	23,38%	11,04%	12,34%	0,00%	6,49%	11,69%	5,19%	5,84%	10,39%	7,14%
Regular	22,73%	14,29%	8,44%	0,00%	9,09%	9,74%	3,90%	7,79%	12,34%	2,60%
Não opina	3,90%	1,30%	2,60%	0,00%	0,65%	1,95%	1,30%	1,95%	1,30%	0,65%
Péssima	3,25%	1,95%	1,30%	0,00%	1,95%	0,65%	0,65%	2,60%	0,65%	0,00%
Ruim	2,60%	1,95%	0,65%	0,00%	1,30%	0,65%	0,65%	0,65%	1,30%	0,65%
Total geral	100,00%	50,00%	50,00%	0,00%	31,17%	42,86%	25,97%	40,26%	40,26%	19,48%
Bases (entrevistados)	154	77	77	0	48	66	40	62	62	30

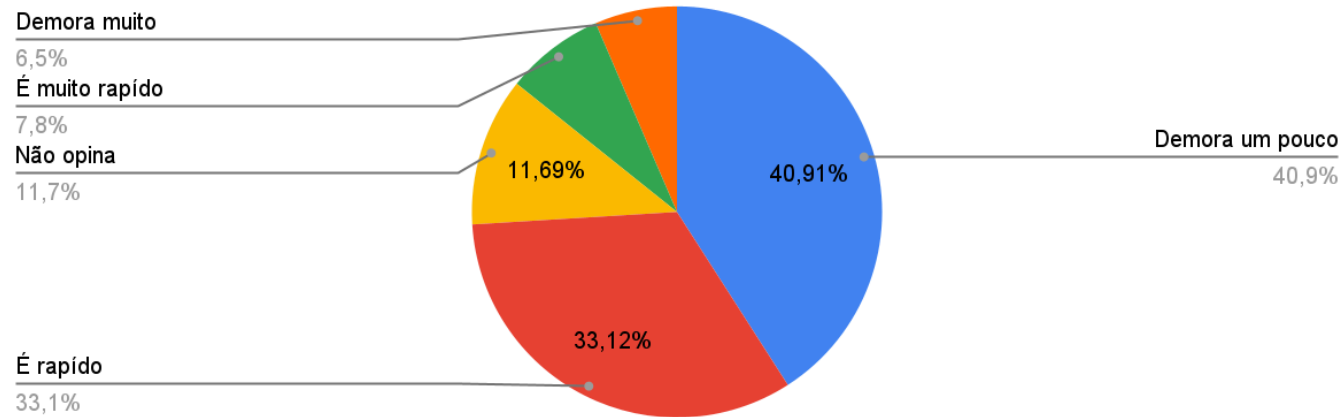
Tempo de espera da saúde	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Demora um pouco	40,91%	21,43%	19,48%	0,00%	12,99%	18,83%	9,09%	17,53%	17,53%	5,84%
É rápido	33,12%	16,23%	16,88%	0,00%	8,44%	14,94%	9,74%	11,04%	13,64%	8,44%
Não opina	11,69%	5,19%	6,49%	0,00%	2,60%	5,19%	3,90%	3,25%	7,14%	1,30%
É muito rápido	7,79%	2,60%	5,19%	0,00%	3,90%	3,25%	0,65%	4,55%	0,65%	2,60%
Demora muito	6,49%	4,55%	1,95%	0,00%	3,25%	0,65%	2,60%	3,90%	1,30%	1,30%
Total geral	100,00%	50,00%	50,00%	0,00%	31,17%	42,86%	25,97%	40,26%	40,26%	19,48%
Bases (entrevistados)	154	77	77	0	48	66	40	62	62	30



2- Como você avalia a qualidade do atendimento nos postos de saúde do município?



3- Quanto ao tempo de espera para atendimento nos postos de saúde, você diria que:



A análise integrada da percepção sobre o tempo de espera e a qualidade do atendimento nos postos de saúde do município evidencia um cenário amplamente favorável sob a ótica dos usuários. Em relação ao tempo de espera, observa-se que 74% dos respondentes avaliam a experiência como tolerável ou satisfatória, sendo 40,9% os que consideram que o atendimento demora um pouco e 33,1% os que o classificam como rápido. Esse resultado, somado aos 7,8% que apontam o atendimento como muito rápido, indica a existência de fluxos operacionais relativamente eficientes, com capacidade de absorção da demanda em boa parte das unidades ou em determinados períodos. O reduzido percentual de 6,5% que percebe demora excessiva sugere que atrasos significativos não são generalizados, mas podem estar associados a picos de demanda, limitações pontuais de recursos humanos ou capacidade física de algumas unidades. Já os 11,7% que não opinaram reforçam a hipótese de ausência de uso recente do serviço ou insuficiência de informações para avaliação consistente.

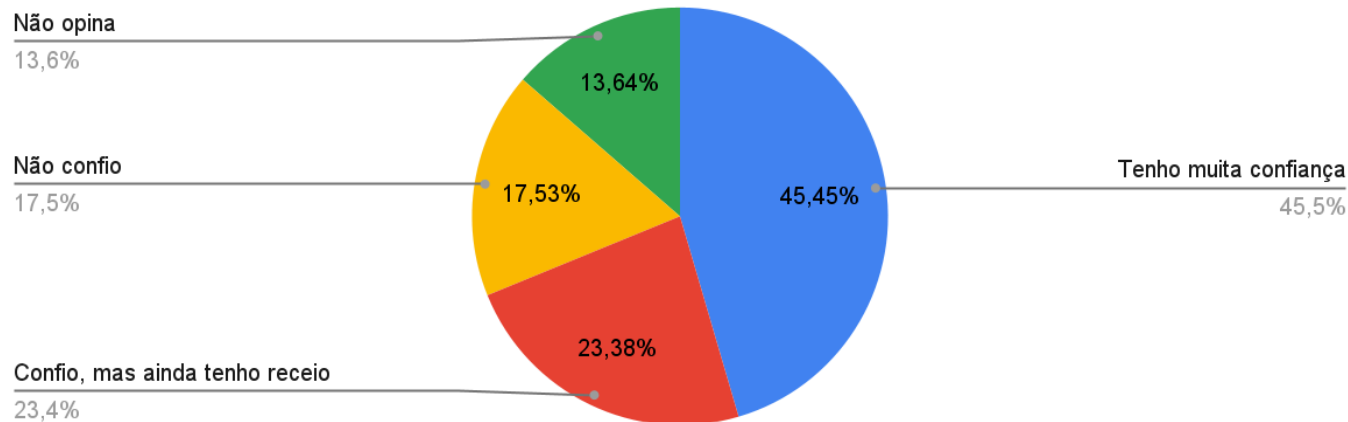
No que se refere à qualidade do atendimento, os dados confirmam a percepção positiva, com 67,6% dos respondentes atribuindo avaliações boas ou ótimas, evidenciando reconhecimento de aspectos como acolhimento, cordialidade, resolutividade e eficiência no cuidado prestado. Esse resultado sugere que, além da agilidade percebida, há satisfação com a experiência global do atendimento em saúde. Contudo, o percentual de 22,7% que avalia o serviço como regular indica a presença de limitações estruturais ou operacionais ainda perceptíveis, possivelmente relacionadas à disponibilidade de profissionais, à infraestrutura das unidades, à padronização dos procedimentos ou à variabilidade na qualidade entre diferentes locais e turnos de atendimento. As avaliações negativas, que totalizam 5,8%, embora minoritárias, apontam para falhas específicas que demandam atenção, pois impactam diretamente a confiança e a experiência de determinados usuários.

De forma consolidada, os resultados demonstram que o sistema de atenção básica em saúde é percebido de maneira majoritariamente eficiente e satisfatória pela população, tanto no que diz respeito ao tempo de espera quanto à qualidade do atendimento. Ainda assim, os dados indicam a importância de manter o monitoramento contínuo dos fluxos de atendimento, investir na padronização dos processos e promover ajustes pontuais nas unidades com maior sobrecarga, de modo a garantir maior uniformidade na experiência dos usuários e elevar de forma sustentável os níveis de satisfação e confiança no serviço público de saúde.

8.3 Segurança Pública: Confiança nas forças policiais

Confiança na segurança pública	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Tenho muita confiança	45,45%	20,78%	24,68%	0,00%	16,88%	18,18%	10,39%	18,83%	18,83%	7,79%
Confio, mas ainda tenho receio	23,38%	12,34%	11,04%	0,00%	7,79%	9,74%	5,84%	9,09%	9,74%	4,55%
Não confio	17,53%	9,09%	8,44%	0,00%	3,90%	9,74%	3,90%	5,19%	7,14%	5,19%
Não opina	13,64%	7,79%	5,84%	0,00%	2,60%	5,19%	5,84%	7,14%	4,55%	1,95%
Total geral	100,00%	50,00%	50,00%	0,00%	31,17%	42,86%	25,97%	40,26%	40,26%	19,48%
Bases (entrevistados)	154	77	77	0	48	66	40	62	62	30

4- Você tem confiança nas forças policiais do município?



A análise da percepção sobre a confiança nas forças policiais do município evidencia um cenário predominantemente favorável, no qual 68,9% dos respondentes manifestam algum grau de confiança na atuação da corporação, sendo 45,5% com muita confiança e 23,4% confiando, ainda que com certo receio. Esse resultado indica reconhecimento majoritário da legitimidade, da autoridade institucional e da efetividade das forças policiais no cumprimento de suas atribuições, sugerindo que a população, em geral, percebe a presença policial como relevante para a manutenção da ordem e da segurança pública. A cautela expressa por parte desse grupo pode estar associada a experiências pontuais, à sensação de vulnerabilidade em determinados territórios ou à percepção de limitações operacionais em situações específicas.

Em contrapartida, o percentual de 17,5% que declara não confiar na polícia revela a existência de segmentos da população que identificam fragilidades na atuação policial, possivelmente relacionadas à baixa presença territorial, à demora no atendimento de ocorrências, à insuficiência de efetivo ou à percepção de falhas na abordagem e no relacionamento com os cidadãos. Esse contingente, embora minoritário, é relevante do ponto de vista da gestão pública, pois indica pontos de tensão que podem comprometer a credibilidade institucional e a cooperação entre comunidade e forças de segurança.

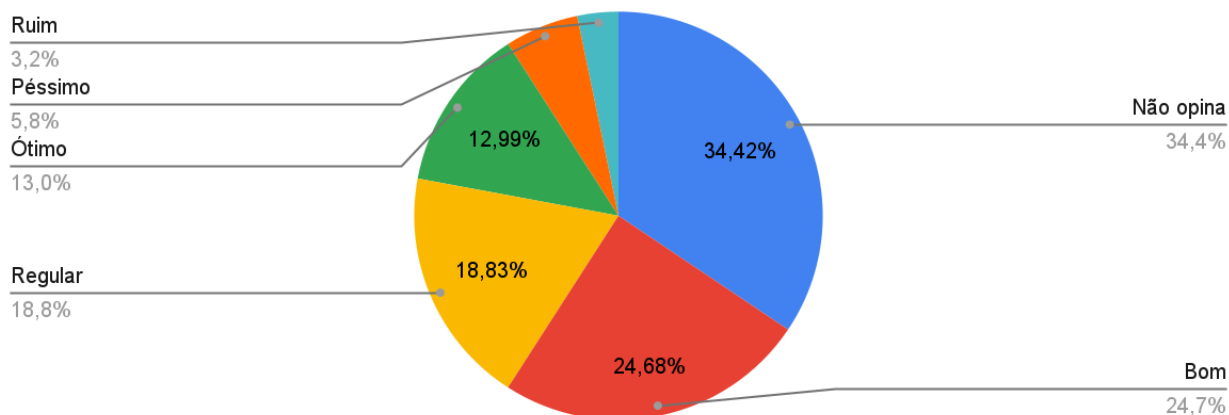
O grupo de 13,6% que não opinou sugere distanciamento em relação ao tema, pouco contato direto com os serviços policiais ou ausência de informações suficientes para formular uma avaliação consistente. Esse dado reforça a necessidade de ampliar a comunicação institucional e a transparência das ações, de modo a tornar a atuação policial mais visível e compreensível para a população em geral.

De forma integrada, os resultados demonstram que a confiança nas forças policiais é predominante no município, mas ainda coexistem desafios relevantes relacionados à uniformidade da atuação, à proximidade com a comunidade e ao fortalecimento de estratégias de policiamento preventivo e comunitário. O enfrentamento dessas questões é fundamental para reduzir percepções negativas, mitigar receios e consolidar um patamar mais elevado e homogêneo de credibilidade e confiança social na segurança pública.

8.4 Assistência Social: Serviços do CRAS e CREAS

Atendimento do CRAS ou CREAS	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não opina	34,42%	16,23%	18,18%	0,00%	9,74%	12,99%	11,69%	13,64%	13,64%	7,14%
Bom	24,68%	9,74%	14,94%	0,00%	7,79%	11,04%	5,84%	9,74%	11,04%	3,90%
Regular	18,83%	9,74%	9,09%	0,00%	5,84%	10,39%	2,60%	7,79%	8,44%	2,60%
Ótimo	12,99%	9,09%	3,90%	0,00%	3,25%	6,49%	3,25%	3,90%	5,84%	3,25%
Péssimo	5,84%	3,90%	1,95%	0,00%	1,95%	1,95%	1,95%	4,55%	0,00%	1,30%
Ruim	3,25%	1,30%	1,95%	0,00%	2,60%	0,00%	0,65%	0,65%	1,30%	1,30%
Total geral	100,00%	50,00%	50,00%	0,00%	31,17%	42,86%	25,97%	40,26%	40,26%	19,48%
Bases (entrevistados)	154	77	77	0	48	66	40	62	62	30

5- Como você avalia os serviços do CRAS ou CREAS?



A análise da avaliação dos serviços do CRAS e CREAS revela um cenário marcado por visibilidade ainda limitada desses equipamentos socioassistenciais, evidenciado pelo elevado percentual de 34,4% de respondentes que não opinaram. Esse dado indica baixo nível de conhecimento, pouco acesso direto ou insuficiência de informações sobre as ações desenvolvidas, o que pode restringir o alcance das políticas de assistência social e reduzir seu impacto junto à população em situação de vulnerabilidade.

Entre os participantes que realizaram a avaliação, observa-se uma predominância de percepções favoráveis, com 37,7% classificando os serviços como bons ou ótimos, sendo 24,7% bons e 13% ótimos. Esse resultado demonstra que, para os usuários que efetivamente conhecem ou utilizam os serviços, há reconhecimento de aspectos positivos relacionados ao acolhimento, à eficiência no atendimento e à capacidade de resposta às demandas sociais. Esse desempenho sugere que as equipes e as metodologias empregadas apresentam potencial para gerar resultados consistentes e socialmente relevantes.

Por outro lado, o percentual de 18,8% de avaliações regulares aponta a existência de limitações percebidas, possivelmente associadas à sobrecarga de atendimentos, à escassez de recursos humanos e materiais ou à heterogeneidade na qualidade do serviço entre diferentes unidades. As avaliações negativas, que somam 9%, com 3,2% classificando como ruim e 5,8% como péssimo, evidenciam falhas mais críticas que impactam diretamente a experiência de parte dos usuários, demandando atenção específica da gestão pública.

De forma integrada, os resultados indicam que, embora haja uma base consistente de aprovação entre os usuários informados, a elevada taxa de não resposta reforça a necessidade de estratégias mais eficazes de divulgação, fortalecimento do acesso e aprimoramento da comunicação institucional. Investimentos em visibilidade, padronização da qualidade e ampliação da cobertura podem contribuir para aumentar o conhecimento da população sobre os serviços do CRAS e CREAS, potencializar sua utilização e consolidar uma percepção mais positiva e abrangente da política socioassistencial no município.

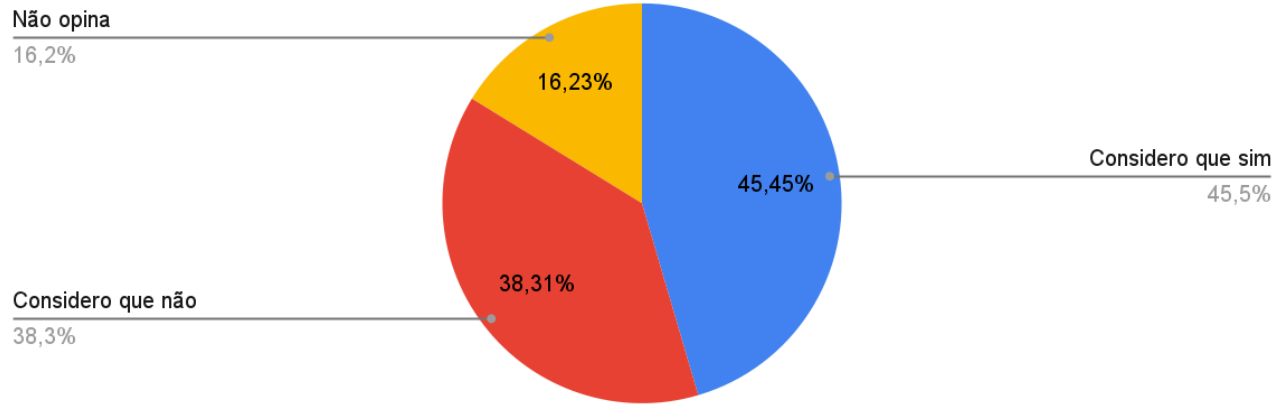
8.5 Emprego e Capacitação Profissional

Oportunidades de trabalho	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Considero que sim	45,45%	18,18%	27,27%	0,00%	13,64%	22,08%	9,74%	17,53%	16,88%	11,04%
Considero que não	38,31%	21,43%	16,88%	0,00%	12,99%	15,58%	9,74%	16,23%	16,23%	5,84%
Não opina	16,23%	10,39%	5,84%	0,00%	4,55%	5,19%	6,49%	6,49%	7,14%	2,60%
Total geral	100,00%	50,00%	50,00%	0,00%	31,17%	42,86%	25,97%	40,26%	40,26%	19,48%
Bases (entrevistados)	154	77	77	0	48	66	40	62	62	30

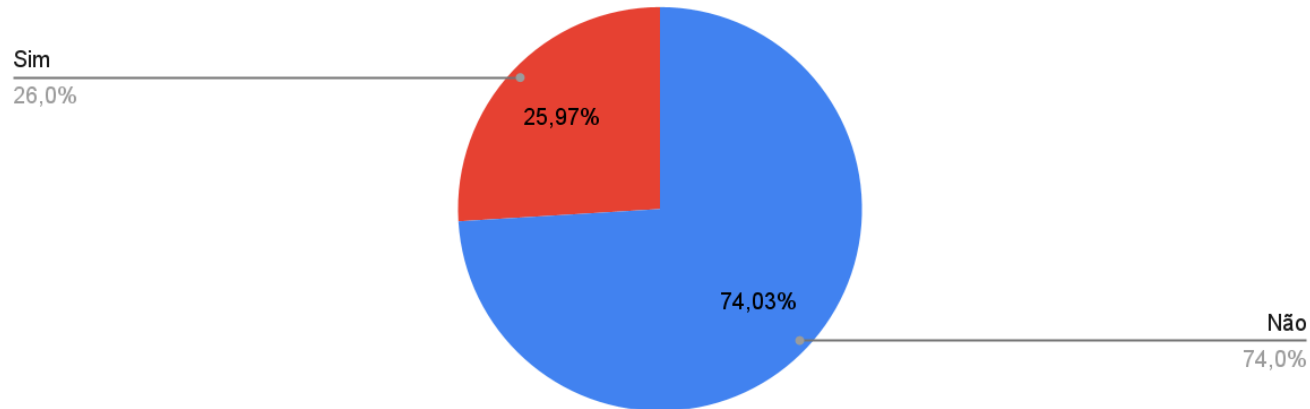
Capacitação profissional	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Não	74,03%	37,66%	36,36%	0,00%	22,73%	26,62%	24,68%	30,52%	29,22%	14,29%
Sim	25,97%	12,34%	13,64%	0,00%	8,44%	16,23%	1,30%	9,74%	11,04%	5,19%
Total geral	100,00%	50,00%	50,00%	0,00%	31,17%	42,86%	25,97%	40,26%	40,26%	19,48%
Bases (entrevistados)	154	77	77	0	48	66	40	62	62	30



6- Você considera que existem oportunidades de trabalho suficientes em seu município?



7- Você tem conhecimento de programas de capacitação, para empregos, oferecidos pelo município?



A análise integrada da percepção sobre as oportunidades de trabalho e o conhecimento dos programas de capacitação profissional no município evidencia um cenário de equilíbrio frágil entre avaliações positivas e limitações estruturais. O fato de 45,5% dos respondentes considerarem que existem vagas suficientes indica que uma parcela relevante da população reconhece a presença de oportunidades compatíveis com a dinâmica econômica local e com a qualificação disponível. No entanto, o percentual expressivo de 38,3% que percebe insuficiência de oportunidades revela a persistência de obstáculos no mercado de trabalho, possivelmente associados à baixa diversificação econômica, à concentração de empregos em setores específicos, à informalidade ou ao descompasso entre as exigências das vagas e a qualificação da força de trabalho local. O índice de 16,2% de não respondentes reforça a existência de grupos afastados do mercado formal ou com pouca vivência recente em processos de inserção laboral, o que pode mascarar situações de desemprego oculto ou desalento.

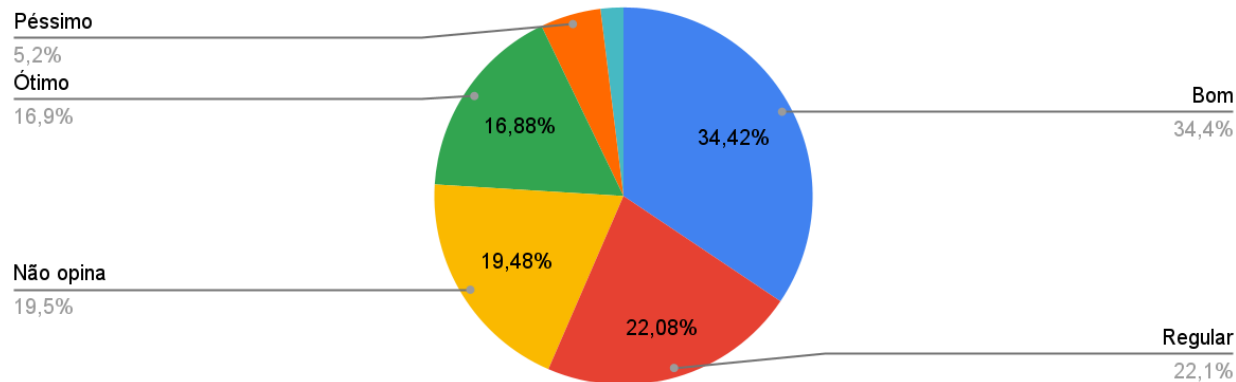
Esse quadro é agravado pela baixa visibilidade dos programas de capacitação profissional, uma vez que 74% da população declara não conhecer as iniciativas oferecidas pelo município. Esse dado evidencia uma lacuna crítica na comunicação institucional e na capilaridade das políticas públicas de qualificação, limitando significativamente seu potencial de impacto. A restrição do conhecimento a apenas 26% dos respondentes sugere que o acesso à informação está concentrado em grupos mais próximos dos equipamentos públicos, de redes institucionais ou de canais formais de divulgação, produzindo assimetria informacional e reduzindo a adesão aos programas disponíveis.

De forma articulada, os resultados apontam que, embora exista uma base de percepção relativamente favorável quanto à disponibilidade de empregos, a ausência de estratégias eficazes de divulgação e integração das políticas de capacitação compromete a ampliação do acesso ao trabalho e a redução das desigualdades. Torna-se fundamental fortalecer ações de comunicação, ampliar a presença territorial dos programas, alinhar a oferta de capacitação às demandas reais do mercado local e priorizar grupos em situação de maior vulnerabilidade. Essas medidas são essenciais para promover maior equidade, dinamizar a economia municipal e transformar a percepção parcialmente positiva em resultados concretos de inclusão produtiva e geração sustentável de emprego.

8.6 Transporte Público: Acesso e avaliação do serviço

Transporte público	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Bom	34,42%	17,53%	16,88%	0,00%	10,39%	14,94%	9,09%	13,64%	11,69%	9,09%
Regular	22,08%	10,39%	11,69%	0,00%	7,79%	9,74%	4,55%	9,09%	8,44%	4,55%
Não opina	19,48%	8,44%	11,04%	0,00%	3,90%	7,14%	8,44%	9,09%	7,79%	2,60%
Ótimo	16,88%	9,74%	7,14%	0,00%	7,14%	8,44%	1,30%	4,55%	9,09%	3,25%
Péssimo	5,19%	3,25%	1,95%	0,00%	1,30%	1,95%	1,95%	3,25%	1,95%	0,00%
Ruim	1,95%	0,65%	1,30%	0,00%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	1,30%	0,00%
Total geral	100,00%	50,00%	50,00%	0,00%	31,17%	42,86%	25,97%	40,26%	40,26%	19,48%
Bases (entrevistados)	154	77	77	0	48	66	40	62	62	30

8- Como você avalia o acesso ao transporte público em seu município?



A avaliação do acesso ao transporte público no município revela um quadro de desempenho globalmente satisfatório, sustentado pelo fato de que 51,3% dos respondentes classificam o serviço como bom (34,4%) ou ótimo (16,9%). Esse resultado indica que mais da metade da população percebe condições adequadas de cobertura territorial, frequência operacional e infraestrutura mínima para atender às necessidades de deslocamento diário, sugerindo que o sistema cumpre, em grande medida, sua função básica de mobilidade urbana. Essa percepção positiva tende a refletir maior eficiência em determinadas linhas, horários ou regiões, bem como a adequação do serviço para usuários que dependem rotineiramente do transporte coletivo.

Entretanto, o percentual de 22,1% de avaliações regulares demonstra que uma parcela expressiva da população identifica fragilidades no funcionamento do sistema, apontando para um desempenho intermediário que não compromete totalmente o acesso, mas revela inconsistências relevantes. Essas limitações podem estar associadas a intervalos irregulares entre viagens, horários que não acompanham plenamente a dinâmica da demanda, dificuldades de integração entre linhas ou deficiências pontuais na infraestrutura, como pontos de parada inadequados ou veículos em condições inferiores. Esse grupo evidencia que, embora o serviço esteja disponível, sua qualidade e previsibilidade ainda não são plenamente satisfatórias para todos os usuários.

As avaliações negativas, que totalizam 7,1% entre ruim e péssimo, embora minoritárias, são tecnicamente relevantes, pois indicam a existência de problemas estruturais ou operacionais concentrados em segmentos específicos da população. Esses resultados sugerem falhas mais graves no atendimento, possivelmente relacionadas à baixa oferta em bairros periféricos, longos tempos de espera, rotas pouco eficientes ou dificuldades de acesso físico ao sistema, fatores que impactam diretamente a mobilidade e a inclusão social desses usuários.

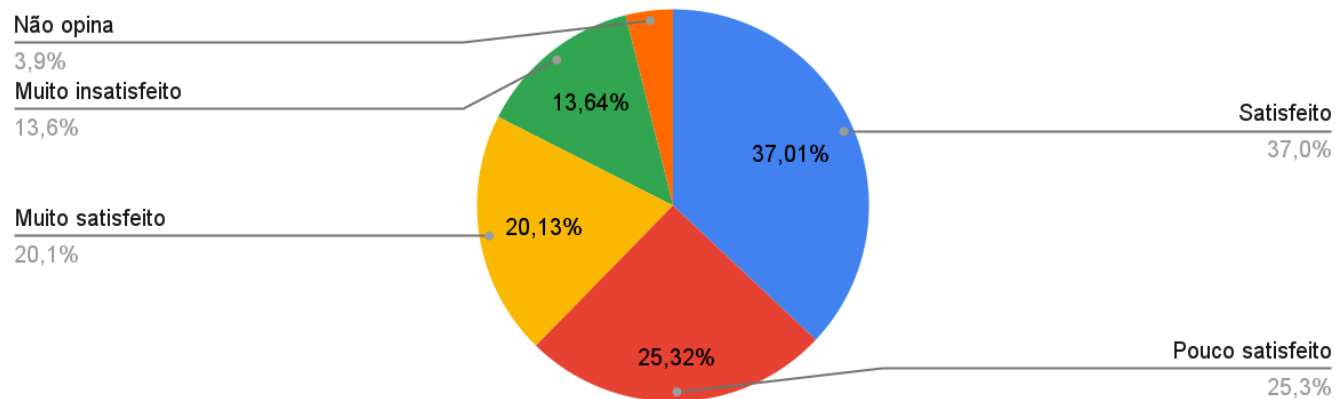
O percentual elevado de 19,5% de respondentes que não opinaram também merece atenção analítica, pois pode indicar uso esporádico do transporte público, dependência de meios alternativos de deslocamento ou desconhecimento da rede e de sua qualidade. Esse dado pode sinalizar tanto limitações de atratividade do sistema quanto lacunas na comunicação e divulgação das opções de transporte disponíveis à população.

Em síntese, os dados evidenciam um cenário de satisfação moderada a positiva, no qual o transporte público cumpre seu papel para uma parcela significativa da população, mas ainda apresenta desafios relacionados à regularidade, à cobertura territorial e à padronização da qualidade do serviço. A análise reforça a necessidade de ajustes operacionais contínuos, investimentos direcionados às áreas com maior fragilidade e estratégias que ampliem a equidade no acesso, de modo a reduzir disparidades regionais e consolidar um sistema de transporte mais eficiente, inclusivo e alinhado às demandas reais da população.

8.7 Meio Ambiente Urbano : Áreas verdes

Áreas verdes	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Satisfeito	37,01%	14,94%	22,08%	0,00%	10,39%	17,53%	9,09%	16,23%	14,29%	6,49%
Pouco satisfeito	25,32%	14,94%	10,39%	0,00%	9,09%	8,44%	7,79%	9,09%	10,39%	5,84%
Muito satisfeito	20,13%	8,44%	11,69%	0,00%	5,19%	10,39%	4,55%	8,44%	7,14%	4,55%
Muito insatisfeito	13,64%	9,74%	3,90%	0,00%	5,84%	3,25%	4,55%	5,19%	6,49%	1,95%
Não opina	3,90%	1,95%	1,95%	0,00%	0,65%	3,25%		1,30%	1,95%	0,65%
Total geral	100,00%	50,00%	50,00%	0,00%	31,17%	42,86%	25,97%	40,26%	40,26%	19,48%
Bases (entrevistados)	154	77	77	0	48	66	40	62	62	30

9- Como você se sente em relação as áreas verdes (praças, parques, jardins) do município?



A percepção sobre as áreas verdes do município revela um cenário predominantemente favorável, sustentado pelo fato de que 57,1% dos respondentes se declaram satisfeitos (37%) ou muito satisfeitos (20,1%) com esses espaços. Esse resultado indica que mais da metade da população reconhece as áreas verdes como elementos relevantes da estrutura urbana, associando-as à qualidade ambiental, ao lazer, ao convívio social e à melhoria da qualidade de vida. A avaliação positiva sugere que, em determinadas regiões, há manutenção adequada, condições aceitáveis de uso e presença de equipamentos ou ambientes que atendem às expectativas dos usuários.

Entretanto, o percentual de 25,3% de respondentes pouco satisfeitos evidencia a existência de limitações percebidas que reduzem a plena funcionalidade desses espaços. Esse grupo sinaliza fragilidades que podem estar relacionadas à insuficiência ou à deterioração da infraestrutura, à sensação de insegurança, à baixa acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou à escassez de equipamentos e atividades diversificadas, o que compromete a atratividade e o uso contínuo das áreas verdes por diferentes perfis da população.

As avaliações fortemente negativas, representadas pelos 13,6% de muito insatisfeitos, são particularmente relevantes do ponto de vista técnico, pois indicam problemas mais estruturais ou persistentes. Esses resultados sugerem desigualdades territoriais na oferta e na qualidade das áreas verdes, possivelmente concentradas em bairros com menor investimento público, manutenção irregular ou ausência de políticas consistentes de preservação e revitalização. Para esses usuários, as áreas verdes existentes não cumprem adequadamente sua função social, ambiental e urbana.

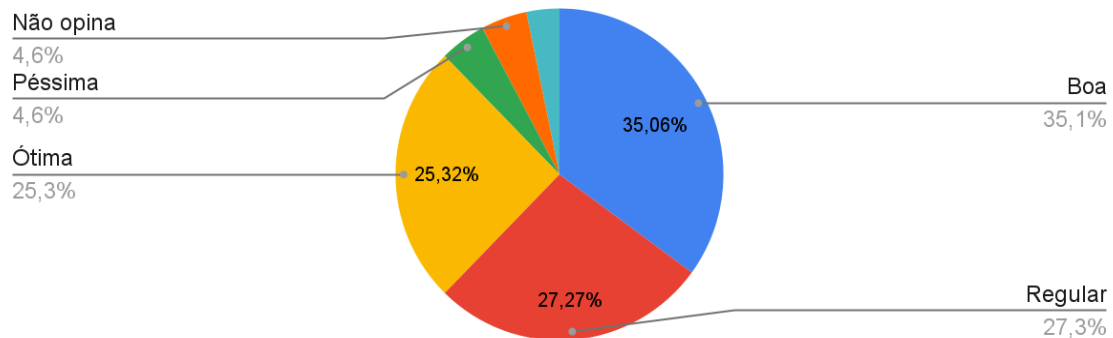
O percentual reduzido de 3,9% que não opinou indica que a maioria da população possui algum grau de contato ou percepção sobre esses espaços, reforçando a relevância do tema no cotidiano urbano. Ainda assim, esse grupo pode representar indivíduos que utilizam pouco esses ambientes ou que residem em áreas com oferta limitada de espaços verdes.

Em síntese, os dados apontam para uma avaliação globalmente positiva das áreas verdes do município, mas evidenciam desafios importantes relacionados à equidade territorial, à padronização da manutenção e à ampliação qualitativa e quantitativa desses espaços. A análise indica a necessidade de políticas públicas que priorizem a distribuição equilibrada das áreas verdes, investimentos contínuos em infraestrutura, segurança e acessibilidade, bem como estratégias que ampliem a diversidade de usos, garantindo que os benefícios ambientais e sociais sejam efetivamente usufruídos por toda a população.

8.8 Limpeza Urbana: Coleta de lixo domiciliar

Coleta de lixo	Total	Gênero			Idade			Escolaridade		
		Feminino	Masculino	Outro	de 16 a 34 anos	de 35 a 59 anos	acima de 60 anos	Fundamental	Médio	Superior
Boa	35,06%	15,58%	19,48%	0,00%	12,34%	13,64%	9,09%	13,64%	13,64%	7,79%
Regular	27,27%	12,99%	14,29%	0,00%	9,09%	12,99%	5,19%	10,39%	11,69%	5,19%
Ótima	25,32%	12,99%	12,34%	0,00%	7,14%	10,39%	7,79%	10,39%	9,74%	5,19%
Péssima	4,55%	2,60%	1,95%	0,00%	0,00%	2,60%	1,95%	2,60%	1,95%	0,00%
Não opina	4,55%	3,25%	1,30%	0,00%	1,95%	1,95%	0,65%	1,95%	1,95%	0,65%
Ruim	3,25%	2,60%	0,65%	0,00%	0,65%	1,30%	1,30%	1,30%	1,30%	0,65%
Total geral	100,00%	50,00%	50,00%	0,00%	31,17%	42,86%	25,97%	40,26%	40,26%	19,48%
Bases (entrevistados)	154	77	77	0	48	66	40	62	62	30

10- Quanto à coleta de lixo na sua casa, como você avalia?



A avaliação da coleta de lixo domiciliar no município evidencia um cenário majoritariamente favorável, sustentado pelo fato de que 60,4% dos respondentes classificam o serviço como bom (35,1%) ou ótimo (25,3%). Esse resultado indica que a maior parte da população percebe a coleta como eficiente, regular e confiável, refletindo a capacidade operacional do serviço em atender de forma satisfatória as demandas cotidianas e manter padrões aceitáveis de limpeza urbana e salubridade.

Entretanto, o percentual de 27,3% de avaliações regulares revela a existência de fragilidades percebidas por uma parcela expressiva dos usuários. Esse grupo sinaliza limitações que podem estar associadas a variações na frequência da coleta, inconsistências no cumprimento de horários, cobertura insuficiente em determinadas localidades ou falhas operacionais pontuais. Embora não configurem uma rejeição ao serviço, essas percepções indicam que a qualidade não é homogênea em todo o território municipal, gerando experiências distintas entre os moradores.

As avaliações negativas, que somam 7,8%, sendo 4,6% classificando o serviço como péssimo e 3,2% como ruim, merecem atenção específica, pois apontam problemas mais severos que impactam diretamente a rotina e a qualidade de vida de alguns usuários. Esses resultados sugerem a presença de áreas com atendimento deficiente, possivelmente em regiões periféricas, de difícil acesso ou com menor regularidade de coleta, onde a ausência ou ineficiência do serviço pode gerar acúmulo de resíduos, riscos ambientais e sanitários.

O percentual de 4,6% de respondentes que não opinaram indica baixo contato recente com o serviço ou insuficiência de informações para uma avaliação precisa, mas não compromete a leitura geral dos dados, uma vez que a ampla maioria apresentou percepção formada sobre a coleta domiciliar.

De forma integrada, os dados revelam que a coleta de lixo no município é bem avaliada pela maioria da população, mas ainda apresenta desafios relacionados à padronização da qualidade, à ampliação e à equidade da cobertura e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento e fiscalização. A análise reforça a necessidade de ações contínuas de gestão e planejamento, com foco na redução das disparidades territoriais e na garantia de um serviço uniforme, eficiente e confiável para toda a população.

9. Conclusão

A análise integrada de todas as dimensões avaliadas no relatório aponta para um panorama geral predominantemente positivo em diversos setores, mas revela também desafios estruturais, desigualdades territoriais e lacunas de informação que impactam a percepção e a experiência da população. Na educação, 68,8% dos respondentes percebem igualdade de acesso às escolas públicas, sugerindo que a oferta atende adequadamente diferentes regiões e grupos sociais, enquanto 14,9% identificam barreiras relacionadas à distribuição de unidades, infraestrutura, critérios de matrícula ou mobilidade, indicando a necessidade de monitoramento contínuo, políticas de equidade e maior transparência na comunicação das ações educacionais. O percentual de 16,2% de não respostas evidencia distanciamento ou ausência de contato direto com o sistema educacional, reforçando a importância de estratégias que ampliem a informação e o engajamento da população.

Na área da saúde, a qualidade do atendimento nos postos é considerada boa ou ótima por 67,6% da população, evidenciando eficiência, acolhimento e resolutividade percebidos. As avaliações regulares, 22,7%, apontam limitações em infraestrutura, tempo de espera, disponibilidade de profissionais ou variação de qualidade entre unidades, enquanto 5,8% registram avaliações negativas, indicando falhas pontuais que impactam a experiência do usuário. O tempo de espera é majoritariamente tolerável, com 74% vivenciando atendimento relativamente ágil, mas 6,5% percebem demora significativa, o que sinaliza a necessidade de ajustes na gestão de fluxos, otimização de recursos e padronização de processos para reduzir desigualdades na experiência de atendimento. O percentual de 11,7% de não respostas sugere falta de contato recente ou dificuldade em avaliar o serviço.

A confiança nas forças policiais é majoritariamente positiva, com 68,9% dos entrevistados confiando plenamente ou parcialmente, indicando percepção de legitimidade e efetividade, embora 17,5% não confiem e 13,6% não opinaram, revelando segmentos que percebem insuficiências operacionais, baixa presença territorial ou distanciamento do tema. Os dados destacam a necessidade de estratégias de aproximação comunitária, comunicação institucional e manutenção de padrões consistentes de atuação para reduzir receios e ampliar a credibilidade plena da corporação.

Nos serviços do CRAS e CREAS, 37,7% consideram os serviços bons ou ótimos, enquanto 18,8% avaliam como regulares e 9% apontam falhas. A elevada taxa de não respostas, 34,4%, evidencia desconhecimento, pouco acesso ou falta de informação sobre esses serviços, indicando necessidade de ampliação da divulgação, fortalecimento do acesso e melhoria da comunicação institucional, garantindo maior visibilidade e utilização efetiva dos equipamentos socioassistenciais.

A percepção sobre o mercado de trabalho revela 45,5% de respostas positivas quanto à oferta de oportunidades e 38,3% negativas, indicando desafios relacionados à escassez de vagas, inadequação de qualificação ou concentração setorial. A lacuna informacional em programas de capacitação atinge 74% da população, reduzindo o impacto das políticas de qualificação profissional e a inserção efetiva no mercado de trabalho. Apenas 26% conhecem os programas, evidenciando necessidade de ampliação da divulgação, presença territorial e estratégias de comunicação que assegurem acesso equitativo.



No transporte público, 51,3% percebem o serviço como bom ou ótimo, 22,1% como regular e 7,1% negativo, evidenciando cobertura desigual, inconsistências operacionais e limitações em áreas específicas. A elevada taxa de não respostas, 19,5%, sugere distanciamento ou uso esporádico, destacando a importância de políticas que ampliem a cobertura, padronizem a qualidade e aumentem a visibilidade do serviço. As áreas verdes apresentam avaliação majoritariamente positiva, com 57,1% satisfeitos ou muito satisfeitos, mas 25,3% pouco satisfeitos e 13,6% muito insatisfeitos, apontando desigualdade na manutenção, infraestrutura, diversidade de equipamentos e acessibilidade em determinadas regiões. A coleta de lixo domiciliar registra 60,4% de respostas positivas, 27,3% regulares e 7,8% negativas, evidenciando, apesar da percepção majoritária de eficiência, problemas estruturais, inconsistências operacionais e cobertura desigual em algumas áreas, especialmente periféricas.

Em síntese, os dados indicam que, embora a população perceba de forma majoritariamente positiva serviços públicos essenciais, ainda existem desafios críticos relacionados à equidade de acesso, consistência e qualidade na prestação dos serviços, lacunas de informação, desigualdades territoriais e necessidade de padronização de processos. Os resultados reforçam a importância de planejamento estratégico, monitoramento contínuo, investimentos direcionados, otimização de recursos humanos, ampliação da divulgação institucional e implementação de políticas que promovam equidade, eficiência e melhoria contínua, garantindo benefícios uniformes e sustentáveis para toda a população.